

Relatório aponta ⁵⁹ falha em proposta de parlamentares

BRASÍLIA — Estudo feito pelo governo aponta uma série de falhas na proposta de anistia feita pelos parlamentares ruralistas. Os deputados e senadores classificam a anistia de “devolução de correção monetária”, uma vez que, em abril de 1990 (Plano Collor) os preços mínimos dos produtos agrícolas foram corrigidos em 41,28% e os saldos dos empréstimos em 74,6%, provocando perdas de US\$ 1 bilhão — ou, mais exatamente, US\$ 947 milhões. Segundo fontes da equipe econômica, as perdas são de difícil mensuração, pois só podem ter ocorrido para os produtores que pegaram empréstimos com recursos da caderneta de poupança e usaram o dinheiro no plantio de produtos incluídos na política de preços mínimos. Ainda assim, a perda só pode ter ocorrido nos primeiros meses do plano, quando os preços de mercado estavam em baixa.

A explicação dos técnicos do governo é a seguinte: os saldos dos empréstimos concedidos com recursos do Tesouro Nacional e com dinheiro dos depósitos à vista foram corrigidos em pé de igualdade com os preços mínimos. Houve diferença, portanto, entre a variação dos índices dos preços mínimos e a variação dos índices que corrigiram as dívidas contraídas com recursos da poupança.

Ocorre que mesmo a safra produzida com dinheiro da caderneta não foi toda vendida pelo preço mínimo estabelecido pelo governo. Somente aquela parcela vendida logo depois do plano foi depreciada. Parte da produção, lembram os técnicos, foi vendida nos meses seguintes, quando houve recuperação. A soja foi o produto que apresentou recuperação mais rápida. Ou seja, observado o período próximo à edição do plano, os produtores podem ter tido perda, mas levantamentos de prazo mais longo indicam que os preços dos produtos agrícolas têm se situado acima da variação dos saldos devedores dos empréstimos.

Esse comportamento pode ser notado até em outros períodos pesquisados. Os produtores de feijão, por exemplo, tiveram, de setembro de 1987 a dezembro de 1989, variação positiva dos preços produtos em relação à evolução das dívidas. Para cada CR\$ 1 mil emprestados, o preço do produto passou a CR\$ 463.850,62 em dezembro de 1989 contra CR\$ 188.480,66 dos saldos dos empréstimos contraídos.

O erro do governo foi não ter partido para o ataque nas discussões com os ruralistas, segundo um integrante da equipe econômica. Da conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o endividamento agrícola, em dezembro do ano passado, até esta semana, os ruralistas ocuparam mais espaço que o governo. O presidente do Banco do Brasil, Alcyr Calliari, chegou a dizer, em duas ocasiões, que reconhecia a diferença de US\$ 1 bilhão. Quando o governo abriu os olhos, os ruralistas já tinha mobilizado o Congresso e conseguido bloquear a votação da Medida Provisória 457, com as regras do plano econômico. (N.L.O.)